

Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal

23 fevereiro ▪ 15 março ▪ 2024

Lisboa ▪ CEJ

Ação de Formação Contínua Tipo B

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público, Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente, transferência de presos, vigilância (liberdade condicional); congelamento e perda de bens; Auxílio Judiciário Mútuo, DEI, MDE (e extradição).

23 de fevereiro – Auditório Laborinho Lúcio

Manhã

10h00 Abertura

10h15 Algumas questões em sede de
Decisão Europeia de Investigação
Vera Camacho, Procuradora da
República em funções no DCIAP

11h00 Pausa

11h15 Extradicação e entrega – questões
atuais
Joana Gomes Ferreira, Procuradora-
Geral Adjunta, diretora do
Departamento de Cooperação
Judiciária e Relações Internacionais da
Procuradoria-Geral da República

12h10 Debate

Moderação: **Antero Taveira**,
Procurador da República e Docente do
CEJ

Tarde

14h00 Reconhecimento mútuo de
decisões de perda – situações práticas
Mário Ferreira Monte, Professor
Catedrático da Escola de Direito da
Universidade do Minho

15h30 Debate

Moderação: **Antero Taveira**, Procurador
da República e Docente do CEJ

16h00 Encerramento dos trabalhos

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º,
letras E, F, G, H (antigo Registo Notarial)
3004-515 Coimbra
Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º
4049-074 Porto

SEDE:

Lisboa
Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00
cej@mail.cej.mj.pt
Formacao-def@mail.cej.mj.pt
<https://cej.justica.gov.pt/>

Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal

23 fevereiro ▪ 15 março ▪ 2024

Lisboa ▪ CEJ

Ação de Formação Contínua Tipo B

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público, Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente, transferência de presos, vigilância (liberdade condicional); congelamento e perda de bens; Auxílio Judiciário Mútuo, DEI, MDE (e extradição).

15 de março – Sala Luís Ribeiro

Manhã

10h00 Procuradoria Europeia –
Missão, estrutura e funções
Rui Correia Marques, Procurador
Europeu Delegado

10h45 Pausa

11h15 Questões práticas relativas a
pedidos de reenvio prejudicial em
matéria penal
Joana Simão, Tradutora da Unidade
de Tradução da Direção-geral do
Multilinguismo do Tribunal de Justiça
da União Europeia

12h10 Debate
Moderação: Antero Taveira,
Procurador da República e Docente do
CEJ

Tarde

14h00 EUROJUST: Missão, função e
valências
Ferreira Trindade, Procurador-geral
Adjunto, Membro Nacional de Portugal na
Eurojust

15h00 Algumas implicações do princípio
do reconhecimento mútuo na
cooperação judiciária internacional
José Luís Lopes da Mota, Juiz Conselheiro
no STJ

15h45 Debate
Moderação: Antero Taveira, Procurador
da República e Docente do CEJ

16h00 Encerramento dos trabalhos

NÚCLEOS:
Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º,
letras E, F, G, H (antigo Registo Notarial)
3004-515 Coimbra
Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º
4049-074 Porto

SEDE:
Lisboa
Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00
cej@mail.cej.mj.pt
Formacao-def@mail.cej.mj.pt
<https://cej.justica.gov.pt/>